

Artigo recebido em

16/09/2014

Aprovado em

12/09/2014

HEBE MARIA
GONÇALVES DE
OLIVEIRA

Universidade Estadual de
Ponta Grossa (UEPG),
hebegoncalves@hotmail.
com

Doutorado em Ciências
da Comunicação, pela
Unisinos (2010), Mestrado
em Comunicação pela
Umesp (2002), graduação
em Comunicação/
Jornalismo pela UFJF
(1992). É professora do
Curso de Jornalismo e
do PPG-Mestrado em
Jornalismo da UEPG, onde
também é coordenadora da
graduação em Jornalismo.

Uma reflexão teórica sobre o furo de reportagem a partir da lógica de distribuição de conteúdos das agências de notícias nacionais no interior dos conglomerados de mídia

Hebe Maria Gonçalves de Oliveira

Resumo

Qual o lugar do 'furo de reportagem' no jornalismo brasileiro contemporâneo? A questão requer primeiramente compreender a especificidade do furo de reportagem como categoria do jornalismo. Tarefa que exige esforços, pois fala-se de sua própria extinção, sem que o mesmo tenha sido investigado com devida atenção. A intenção, portanto, é retirá-lo da condição de 'lugar-comum' para compreendê-lo como categoria do jornalismo. Neste artigo, apresenta-se um conceito de 'furo de reportagem', construído a partir da observação empírica do procedimento das agências de notícias nacionais – *Estado*, *Folhapress* e *O Globo* – na lógica de distribuição de conteúdos dos três principais conglomerados de mídia brasileiros.

Palavras-chave

Furo de Reportagem, Agência de Notícia, Conglomerados de Mídia, Jornalismo.

Abstract

What is the place of the 'scoop' in contemporary Brazilian journalism? The question requires first understanding the specificity of the scoop as a category of journalism. Task that requires efforts since there is talk of its own extinction, unless it has been investigated with due attention. The intention therefore is to remove it from the status of 'common-place' to understand it as a category of journalism. This paper presents a concept of 'scoop', constructed from the empirical observation of the conduct of national news agencies - *Estado*, *Folhapress* and *O Globo* - in the logic of content distribution of the three major Brazilian media conglomerates.

Keywords

Scoop, News Agency, Media Conglomerates, Journalism.

Estudos em Jornalismo
e Mídia

Vol. 11 Nº 2

Julho a Dezembro de
2014

ISSNe 1984-6924

Notícia, reportagem e investigação jornalística

A palavra ‘furo’, ou *scoop*, em inglês, designa a notícia dada em primeira mão, com exclusividade, por um jornal ou revista (impresso, rádio, televisão ou online); um jargão jornalístico criado no interior das redações para designar a ‘notícia exclusiva’, ou a ‘grande notícia’. Conforme define Colombo (1988, p. 167):

O *scoop* é a revelação exclusiva de um facto que todos os outros (jornalistas e público) ignoram ainda. Ou então é uma ocasião preparada por outros para usar o jornalista em seu benefício ou prejuízo de outros. Mas todos os directores esperam do repórter o *scoop*. E todos os repórteres o ambicionam como produção ou como status.

O termo *scoop* nos remete, portanto, ao período da invenção do repórter como profissão e da reportagem como gênero/modalidade jornalística na segunda metade do XIX. Em sua origem, a noção de reportagem está ligada à busca/descoberta de fatos novos, à investigação dos fatos. Essa demarcação conceitual e histórica remete à noção de jornalismo/empresa emergente nos Estados Unidos e países da Europa, no contexto de uma sociedade capitalista industrial em crescente desenvolvimento.

Revelar um fato no instante em que ele acaba de acontecer, antes de qualquer outro jornal; ou o desvendar de um crime, resultado do esforço de um repórter persistente. As duas afirmativas possuem em comum características que pairam sobre a atividade jornalística. Na primeira, está presente a capacidade do veículo em “dar a notícia em primeira mão”; já a segunda, o talento do profissional. Essas características revelam, ao mesmo tempo, um mito da atividade jornalística,

que tem origem no chamado jornalismo moderno, sintetizado na expressão “parem as máquinas”, própria da era de ouro do jornalismo impresso (de 1870 à Primeira Guerra Mundial), em que se vivenciou a intensa prática das diversas edições diárias extras.

Schudson (1987, p. 79) defende que a grande notícia capturada no ato de seu acontecimento por um jornalista atento permanece o que o autor denomina de “o mito central no folclore do jornalismo”.

“Nada melhor que estando no lugar certo e no tempo certo e obter a notícia antes que qualquer um a faça. Isto é o caminho para a fama e a fortuna, promoção profissional e o Prêmio Pulitzer. A resposta ideal do repórter para a pergunta “Quando?” é “Neste instante” – tão recente que ninguém ainda sabe que aconteceu!”. (SCHUDSON, 1987, p. 79). [tradução nossa].

Mas Schudson questiona a real relevância para o jornalismo ao se obter ou dar uma notícia minutos ou segundos antes que o concorrente. Segundo o autor, a notícia de ‘última hora’ tinha importância em uma época em que isto poderia ser dois ou três dias e os jornais se diferenciavam em dias e semanas, não horas e minutos.

Hoje, quando a notícia é uma constante commodity – os fios estão conectados, o rádio sempre ligado e as câmeras de TV cada vez mais disponíveis – “quando” é uma questão que importa mais aos jornalistas que aos leitores. A pressão dos jornalistas para serem os primeiros é gerada internamente nas organizações de notícias. Ninguém na audiência vai condenar se a ABC furar a CBS em dois segundos ou não. O interesse dos jornalistas na imediatividade se mantém como um ritual anacrônico da tribo dos media. Obter a notícia em primeira mão interessa ao orgulho jornalístico, mas o que pouco faz para a qualidade do jornalismo ou o serviço público. Um fetichismo do

presente, uma perversão da profissão e uma peculiaridade americana. (SCHUDSON, 1987, p. 80). [tradução nossa].

A expressão “parem as máquinas”, que marcou a história do jornalismo, já não cabe à atividade na era das redes digitais. O que não quer dizer que colocou por terra o furo de reportagem, seja como mito que move o jornalista em seu cotidiano – *getting it fast and first*, parafraseando um jargão do jornalismo norte-americano – ou como ideal do jornalismo no desafio pela notícia extraordinária.

O ‘furo de reportagem’ nasce com a própria reportagem. Dizer que o ‘furo’ nasce com a reportagem pode responder a uma questão histórica, mas não conceitual. Ele é inerente ao conceito de notícia ou de reportagem, ou a ambos? O que é notícia e o que é reportagem? Qual a distinção entre notícia e reportagem para a noção de ‘furo’? A bibliografia sobre a história do jornalismo atribui o surgimento da reportagem ao período áureo da concorrência no jornalismo impresso. Nesse sentido, compreendemos que é no interior da disputa concorrencial entre os jornais pela notícia que se localiza o ‘furo’. Sobre o nascimento da reportagem, Nilson Lage (2006, p. 15) também expõe as transformações no jornalismo a partir das disputas acirradas entre os emergentes jornais/empresas: “Descobriu-se a importância dos títulos, que são como anúncios do texto, e dos furos, ou notícias em primeira mão: o jornal que publicasse primeiro o relato de um fato de interesse público seria lido em lugar dos concorrentes e ganharia pontos na preferência dos leitores em geral para as próximas edições”. A concorrência entre os jornais também deu ao jornalismo a

possibilidade de “passar a história a limpo”.

Já não se podia, como antes, tratar os protestos populares como casos de polícia, desviar fundos públicos ou massacrar povos coloniais, mantendo tudo em segredo. A história oficial era desmentida antes mesmo de ser escrita.

Poucos documentos relatam, por exemplo, liquidação sistemática das culturas inca, asteca e maia, na América espanhola, nos séculos XVI, XVII e XVIII. O século XIX, pelo contrário, foi um século de revelações. (...) Em meio à propaganda de sempre, surgiram por via da reportagem, os fatos reais. (LAGE, 2006, p. 16).

No jornalismo contemporâneo, notícia e reportagem se apresentam como gêneros jornalísticos distintos. Entre as diversas tentativas de conceituações sobre as duas formas, a mais frequente se refere à diferença na extensão (tamanho): a reportagem é ‘uma notícia grande’, ‘uma notícia em profundidade’, ou ‘uma notícia ampliada’. “Toda reportagem é uma notícia, mas nem toda notícia é reportagem”, escreve Juarez Bahia (1990, p. 49). O que se poderia dizer que toda reportagem contém uma notícia, mas que a notícia não possui a dimensão da reportagem, ou seja, não dá conta de explicitar a complexidade dos fatos. O que caberia à notícia apenas anunciar que um fato aconteceu; já à reportagem, a sua ampliação, mostrar “como é que isto se deu”. Argumenta Bahia (1999, p. 49): “O salto da notícia para a reportagem se dá no momento em que é preciso ir além da notificação – em que a notícia deixa de ser sinônimo de nota – e se situa no detalhamento, no questionamento de causa e efeito, na interpretação e no impacto, adquirindo uma nova dimensão narrativa e ética”.

Mas a reportagem, em sua origem no

século XIX, tinha o sentido de descoberta, de busca pelo fato novo, de investigação – o que também pode ser identificado atualmente na notícia, conforme a compreendemos no jornalismo contemporâneo. Assim, quais sentidos atribuídos à notícia e à reportagem de forma a se diferenciarem no momento do surgimento da própria reportagem?

Os jornais do século XVI, XVII e XVIII não conheceram a prática da investigação jornalística, ou seja, a busca pelo fato ‘novo’. As notícias sempre eram relatos de acontecimentos de outras cidades ou estrangeiros enviadas por oficiais dos correios através de cartas, ou viajantes através de seus relatos, e ainda a reprodução de outros jornais de fora. “Se não houvesse notícias no correio, aparecia, no jornal daquela semana, uma espécie de ensaios redigidos apressadamente” com justificativas sobre a falta dos serviços postais. (STEPHANS, 1993, p. 497). Os correspondentes enviavam aos jornais relatórios de “ocorrências com status de notícias”. Quando publicadas nos jornais, as notícias já haviam percorrido longas distâncias e, conseqüentemente, dias, meses ou anos. Stephans (1993, p. 489) escreve que uma edição do *Gazette de France*, editado em Paris, em 1632, continha notícias de seis dias oriundas de Londres; de uma semana, provenientes de Bruxelas; mais de duas semanas, vindas de Madri; e de dois meses e meio, de Constantinopla. A conquista da China pela Manchúria, em 1644, foi publicada por um jornal holandês, em 1650. A notícia sobre a morte do rei da Inglaterra, William III, em 8 de março de 1702, só chegou aos Estados Unidos em 17 de maio, e um exemplar do *London Gazette* com o registro do mesmo fato só chegou em Boston em 28 de maio

do mesmo ano. No início do século XVIII, o tempo mínimo para que as notícias da Inglaterra chegassem à Massachusetts, nos Estados Unidos, era de 48 dias; considerando atrasos nas navegações, levavam um tempo ainda maior.

As notícias mais velhas sempre ganhavam as primeiras páginas. As notícias locais só passaram a interessar aos jornais após o crescimento das cidades. Afora isso, as notícias locais corriam de boca em boca. Em 1700, a região metropolitana de Londres já contava com 670 mil habitantes, onde surgiram as primeiras mudanças para as notícias locais. Mas a coleta de notícias de primeira mão só ocorrera em Londres, por volta de 1808, para *Times*. (STEPHANS, 1993, p. 532). Nos Estados Unidos, o primeiro jornal diário surgiu em 1783, o *Pensylvania Evening Post*, na Filadélfia, mas a coleta de notícias em primeira mão no país só se deu a partir de 1820. O ‘ato de anunciar’ passou a significar, então, a descoberta da notícia através do método jornalístico.

A descoberta da notícia ou a busca de fatos consistia inicialmente no método da observação. A incorporação da entrevista ao método jornalístico só ocorrera nas últimas décadas do século XIX. Segundo Schudson (1999, p. 72), antes dos anos 1860 não se falava ainda na entrevista como prática jornalística. Jean Chalaby (2003), que defende a tese do jornalismo como uma invenção anglo-americana, escreve que a entrevista foi inventada pelos americanos e depois espalhada para a Inglaterra durante os primeiros anos da década de 1880. “Também espalhou em França pela mesma altura que a imprensa britânica, mas em ritmo mais lento, principalmente porque os políticos eram relutantes em dar entrevistas. Preferiam

escrever eles próprios artigos ou ter os seus discursos publicados na íntegra. Consequentemente, a entrevista não era prática comum entre os jornalistas franceses até o período entre guerras”. (CHALABY, 2003).

Nas primeiras décadas de 1700, os jornais aceleram a busca por informações locais, com observações apanhadas nos cafés pelos “coletores de notícias domésticas”, pessoas que passaram a trabalhar para os jornais para as sessões chamadas de “Notícias Domésticas”, assim como os correspondentes que, então, atuavam nas províncias. Em 1770, os coletores de notícias passaram a ter acesso ao Parlamento, em Londres, mas ainda “não era permitido fazer anotações na galeria onde o público se sentava”. Obrigados a escrever os relatos sobre os longos debates no Parlamento somente através da memória, ainda assim os tinham publicado com destaque pelos jornais. A permissão aos jornalistas de tomarem notas nas galerias do Parlamento só ocorreu em 1783. (STEPHANS, 1993, p. 528). Assim, os jornalistas passaram a usar a estenografia, no lugar da pura memória, para escrever seus relatos jornalísticos. A coleta de notícias de primeira mão ganhou importância em Londres, por volta de 1808, e os repórteres, que antes atuavam na coleta de notícias como uma espécie de “bico”, passaram a ser contratados pelos jornais por tempo integral. Mas nos Estados Unidos, a ‘busca de notícias’, o ‘ato de noticiar’ só começou a ser feita de forma mais sistemática nas décadas de 1820 e 1830. (STEPHANS, 1993, p.533). Além do Parlamento, os ‘coletores de notícias domésticas’ a descobriram também em outros espaços da vida pública, como cafés e tribunais.

Na última década de 1700, nos Estados Unidos, os jornais adotaram a busca de notícias nas embarcações, em alto-mar, a fim de fazer com que chegassem mais rapidamente em terra firme e, assim, serem publicadas em ‘primeira mão’.

Um dos primeiros a tomar essa iniciativa foi Benjamin Russel, do *Massachusetts Sentinel and Republican Journal*, que em 1790 já estava coletando informações no cais de Boston. (...) Em meados da década de 1820, na cidade de Nova Iorque, a utilização de tais ‘botes de notícias’ resultou num dos primeiros empreendimentos em matéria de coleta cooperativa de informações: a maior parte dos principais jornais de Nova Iorque se juntou para fretar um barco para esperar navios, em busca de jornais europeus e notícias do continente. (STEPHANS, 1993, p.514-515).

Dessa prática dos ‘botes de notícias’ surgiu a disputa entre os jornais pela posse de botes mais velozes. Conforme escreve o autor, em uma das edições de 1840, o editor do *New York Herald*, James Gordon Bennett, noticiou ter o veleiro mais veloz para a busca de notícias: “Em qualquer espécie de notícia, o Herald será um dos primeiríssimos entre os primeiros”. Stephans (1993, p. 516) escreve que “para ser ‘um dos primeiríssimos entre os primeiros’ também envolveria, naqueles anos, parselhas de cavalos, trens e pombos – e não era excluído que os jornalistas assaltassem os trens uns dos outros ou matassem a tiros o pombo rival”.

Em 1820, jornais como *Times* já se dedicavam à cobertura de julgamentos com investigação minuciosa e o envio de repórteres a acontecimentos “para não perder notícias”, como um compromisso de editores na disputa pela ‘notícia de primeira mão’. Esse compromisso, conforme escreve Stephans (1993, p. 541),

é inerente ao um novo sistema estabelecido nessas décadas no jornalismo: o ‘furo’ – “os repórteres designados para o Parlamento ou para os tribunais de polícia ofereciam a seus leitores a certeza de que seriam informados sobre qualquer projeto de lei importante, sobre qualquer crime interessante”.

Durante a década de 1840, o Herald enviou um repórter para dar cobertura à Guerra Mexicana. Sob a direção de Bennett, despachou nada menos que sessenta e três repórteres para cobrir a Guerra Civil; o New York Tribune e o New York Times enviaram pelo menos vinte repórteres cada. As guerras, de forma ainda mais acentuada do que os assassinatos, incentivaram o desenvolvimento da técnica da reportagem, e a Guerra Civil forneceu numerosos exemplos de meticulosidade na procura de informação. (STEPHANS, 1993, p. 554).

A trajetória histórica do jornalismo aponta para a natureza do furo de reportagem como característica intrínseca à concorrência ou competição própria do jornalismo. Bourdieu (2005, p.44) defende que a competição legitima um campo específico: “Um campo é um campo de forças e um campo de lutas. Em outras palavras, existe a competição para a apropriação legítima do que está em disputa na luta no campo”. [tradução nossa]. E, no campo do jornalismo, escreve o autor, “existe a permanente competição para apropriar-se dos leitores, é claro, mas também para apropriar-se do que é pensado para assegurar leitores, em outras palavras, o acesso às notícias em primeira mão, o ‘furo’, a notícia exclusiva, e também a raridade distintiva, ‘grandes nomes’”. [tradução nossa].

No artigo sobre as rotinas produtivas das redações de *O Globo*,

Folha de S. Paulo e Correio Braziliense, em Brasília, Adghirni (2002, p.465) ressalta o papel do furo como estímulo aos jornalistas em suas rotinas nas redações: “Só o ‘furo’ pode tirá-los da monotonia das rotinas produtivas, mas o ‘furo’, além de não estar na pauta, torna-se raro nos sistemas de cobertura atual onde a informação passa pelo sistema on-line das agências de notícias”.

Adghirni destaca as palavras do diretor da sucursal de *O Globo*, em Brasília, Luís Antônio Novaes: “Antes que as empresas jornalísticas se transformassem também em agências de notícias, o furo era a informação que se tinha desde cedo e que era guardado até o fechamento da edição. No dia seguinte seria usado com o maior estardalhaço. Este espírito continua existindo. É o que move o repórter. Sem competição não tem graça”. Ainda afirma Novaes (apud Adghirni, 2002, p. 465):

Os jornalistas de *O Globo* adotam o seguinte método: se tem um furo cedo, não é aconselhável passá-lo à agência. Como nos dias de hoje muitos órgãos assinam agências que dão notícias em tempo real, acabam descobrindo a novidade antes que o jornal publique. Quando o furo é muito grande, o repórter joga na agência mais tarde. Em ocasiões muito excepcionais, a notícia não é repassada para a agência. O desafio é mais ter a informação em primeira mão mas trabalhá-la em um nível mais profundo, de bastidores.

Do empírico para um conceito de furo de reportagem – o caso Enem

Pesquisa realizada por esta autora (2010) sobre os procedimentos das agências de notícias nacionais, *Estado*¹, *Folhapress* e *O Globo*, mostra que esses serviços noticiosos operam diariamente com conteúdos

produzidos pelos principais jornais carros-chefe dos respectivos conglomerados, orientados pela lógica de aproveitamento de conteúdos. Constatou-se que as três principais agências do setor privado brasileiro atuam como distribuidoras de notícias no interior dos conglomerados de mídia nacionais. Neste sentido, tentou-se verificar como esses serviços noticiosos operam com o furo de reportagem na lógica de aproveitamento e distribuição de conteúdos produzidos pelos principais jornais carros-chefe dos três principais grupos de comunicação brasileiros. Em outras palavras, *o que e até quando* o principal jornal do conglomerado mantém sob embargo uma notícia exclusiva para a sua distribuição através da própria agência – considerando a sua atuação básica de distribuidora de conteúdos.

No procedimento da *Folhapress*, as notícias exclusivas da *Folha de S. Paulo* não entram nos despachos da agência. O que ocorre de forma diferenciada na *AE* e *O Globo*. Na lógica de aproveitamento de conteúdos produzidos para as edições diárias, identificou-se um número considerável de manchetes dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* nos despachos dos serviços noticiosos. Sobre o procedimento no *Grupo Estado*, José Carlos Cafundó de Moraes (entrevista, 17/11/2009) explica:

O que a gente costuma segurar é o furo. Furo no sentido de ter a informação exclusiva. (...) O que a gente privilegia? O Estadão, em primeiro lugar. Mas o que a gente faz aqui é segurar aquela informação que é exclusiva para os leitores do jornal, até o momento em que o jornal fique pronto e começa a ir para as bancas. Aí a gente libera no portal e, dependendo do tipo de informação, libera também para os assinantes. Isto fica a critério de quem está lá no comando da 1ª Página. É ouvido sempre o

editor. Se o editor falar, “Olha! Tem uma informação exclusiva. Segura!” A gente segura. Outras vezes, o editor passa a informação lá para o Mesão e a gente decide se dá pra segurar, até que horas, ou se põe no circuito a partir de que horas.

No período da amostragem (27 de setembro de 2009 a 11 de outubro de 2009), registrou-se a ocorrência de uma notícia anunciada com exclusividade por um único jornal – considerada furo de reportagem do *O Estado de S. Paulo*, em sua segunda edição de 1/10 (quinta-feira). Trata-se da notícia sobre o vazamento da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a três dias do exame, o que levou à decisão imediata do Ministério da Educação ao seu cancelamento em nível nacional. O exame seria aplicado para 4,1 milhões de candidatos em 1.800 cidades do País.

A segunda edição *d’OESP* circulou às 2h da madrugada da quinta-feira, com a manchete “Prova vaza e MEC decide cancelar Enem”. No subtítulo “Alertado pelo ‘Estado’, ministério confirma que sigilo do exame foi quebrado”, jornal confere a si a autoria do furo de reportagem. No interior, o texto ocupa a página principal da editoria *Vida&*, com a vinheta em vermelho e caixa alta: “EXCLUSIVO”. O título principal “Prova do Enem vaza e ministério anuncia cancelamento do exame”, com o subtítulo “Homem tentou vender cópia para reportagem do ‘Estado’ em SP; MEC confirmou que questões eram originais”.

SÃO PAULO- O vazamento da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) levou o Ministério da Educação a cancelar na madrugada desta quinta-feira, 1º, a prova, que seria aplicada no fim de semana para 4,1 milhões de candidatos em 1,8 mil cidades do País. A decisão

1- Setor denominado *AE Mídia da Agência Estado* (Esta pesquisa não inclui os procedimentos da *Broadcast*).

foi tomada pelo ministro Fernando Haddad após ter sido alertado pela reportagem do Estado sobre a quebra do sigilo do exame. “Há fortes indícios de que houve vazamento, 99% de chance”, afirmou o presidente do Inep, Reynaldo Fernandes, por volta da 1h, por telefone. (...) [grifo nosso]

Já a retranca, o título “MEC deve fazer novo exame no prazo de 45 dias”, com o seguinte texto:

O MEC tem uma outra versão da prova do Enem pronta para substituir a que foi cancelada. A expectativa do ministério é realizar o exame em 45 dias. Como a metodologia do Enem exige que as questões sejam pré-testadas, o Inep tem um banco com cerca de 1,8 mil delas. O exame mudou este ano para funcionar como vestibular unificado nacional: 24 universidades federais tinham abolido seus processos seletivos em favor do novo Enem.

A edição impressa d’*OESP* com o furo de reportagem circulou somente na cidade de São Paulo, com uma tiragem aproximada de 5 mil exemplares para as bancas, conforme informou o editor executivo d’*O Estado de S. Paulo*, José Carlos Cafundó de Moraes (entrevista, 17/09/2009). Para o assinante paulistano e diversas cidades e regiões do País, circulou a primeira edição, impressa às 22h, de 30/09 (quarta-feira). Após a circulação em banca, a notícia foi postada em sua versão impressa no site estadao.com.br, às 22h44 (1/10).

O furo foi assinado pelos jornalistas Renata Cafardo e Sergio Pompeu e colaboração de Evelson de Freitas. Em seu blog postado no portal do grupo *Estado*, Renata Cafardo (01 out 2009) relata os “Bastidores do vazamento do Enem”:

Meu telefone fixo tocou por volta das 15h30 de ontem e uma voz tremida do outro lado confirmou meu

nome completo e avisou que queria falar sobre o Enem. Já havia recebido mais cedo um recado de alguém estava interessado em vender o gabarito da prova, que seria realizada por 4,1 milhões de alunos no fim de semana. O homem disse pouco, preferia não falar ao telefone e queria um encontro ao vivo. Mas avisou que o que ele tinha era a prova toda, as 180 questões dos dois dias, já impressas. Eu falei que tinha interesse em verificar a veracidade do material e então marcamos para as 19h15 em um café perto do jornal.

(...)

Sáimos cheios de dúvidas do encontro. Já no jornal, a direção decidiu que entraríamos imediatamente em contato com o ministro da Educação, Fernando Haddad, e que nada seria publicado até que houvesse uma confirmação de que a prova que tínhamos visto era verdadeira. Durante as 21 horas e 0h30 falei cerca de 10 vezes com o ministro, que prontamente nos informou as providências que estavam sendo tomadas (procura pelos técnicos do Inep, abertura do cofre para identificar a prova etc). Ele foi informado das questões que eu tinha memorizado.

Pouco antes da 1h da manhã veio a confirmação de que o Enem seria cancelado. A prova que tive em mãos era verdadeira. [grifo nosso]

Na *AE*, o despacho de 00h41 de 1/10 com as notícias principais dos jornais do País manteve a manchete da primeira edição d’*OESP*, conforme transcrito: O ESTADO DE S. PAULO, “Indústria precisará de US\$ 400 bi para pré-sal”; JORNAL DA TARDE, “PF deixa acidente da TAM sem culpados”; FOLHA DE S. PAULO, “Concentração de terra cresce no país”; VALOR ECONÔMICO, “Real dispara com previsão de ingresso de US\$ 25 bi”; JORNAL DO BRASIL, “Rio concentra investimentos em transportes para 2016”; O GLOBO, “Meirelles e Amorim põem BC e Itamaraty na campanha”, CORREIO

BRAZILIENSE, “IPTU sem reajuste em 2010”; ESTADO DE MINAS, “Manobra valida multas da guarda”; ZERO HORA, “Soja avança 41% no RS em 10 anos e tira terreno da pecuária”; e GAZETA DO POVO, “Último ano de Requião terá menos obras e mais servidores”. [grifo nosso]

A atualização da manchete do *Estadão* e do *Jornal da Tarde* (integrante do mesmo grupo) ocorre no despacho da AE às 4h10: O ESTADO DE S. PAULO, “Prova vaza e MEC decide cancelar Enem”; JORNAL DA TARDE, “Fraude obriga MEC a cancelar o Enem”; [grifo nosso].

Já no site do *Estadão*, os desdobramentos da notícia foram postados na madrugada, com atualizações em diferentes horários: às 2h50, com o título “Suspeita é de vazamento em gráfica – Presidente do Inep diz que só 4 ou 5 funcionários do órgão tiveram acesso ao Enem; originais ficam no cofre”; às 7h45, “Sorte é que eram amadores”, diz Haddad sobre fraude no Enem”; às 9h11, “Cancelamento do Enem preocupa vestibulandos – Na porta dos cursinhos, estudantes reclamam que adiamento da prova quebra ritmo dos estudos”; e às 11h43, “PF abre inquérito para apurar violação de prova do Enem – Vazamento do conteúdo da prova – confirmado pelo MEC – foi revelado pelo jornal O Estado de S. Paulo”.

No site *Folha Online*, a primeira postagem sobre o notícia ocorreu às 6h11 de 1/10, com o título “Ministério da Educação cancela prova do Enem”, e atualizada às 7h39: “O MEC (Ministério da Educação) cancelou a prova do Enem (Exame Nacional de Ensino Médio) que seria realizada neste fim de semana, após denúncia feita pelo jornal “O Estado de S. Paulo” que apontou vazamento do

conteúdo das provas. (...) “Os indícios de que houve furto de exemplares são fortes. Não nos resta outra alternativa a não ser adotá-la [a prova]”, disse ao “Bom Dia Brasil”, da Globo. (...)”. [grifo nosso]

Além da circulação por diversos veículos de abrangência nacional já pela manhã da quinta-feira, a grande repercussão da notícia ocorreu com a entrevista do ministro da Educação, Fernando Haddad, ao telejornal “Bom Dia Brasil”, da Rede Globo, com a confirmação do cancelamento da prova, por telefone ao vivo, direto de Brasília. Nos despachos das agências, a notícia entrou pela manhã repercutindo o fato e presente nas pautas prévias e consolidadas.

Na AE, o primeiro despacho com a notícia completa ocorre às 7h35, uma reprodução da versão impressa, também disponível no site do jornal. Na AG, o primeiro despacho sobre o furo, às 9h44 (1/10):

BRASÍLIA, 1 (AG) - O Ministério da Educação cancelou nesta madrugada a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) previsto para o próximo fim de semana. Segundo o MEC, houve vazamento do conteúdo do exame que seria aplicado nos dias 3 e 4 de outubro. A decisão foi tomada pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, e pelo presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Reinaldo Fernandes. Quatro milhões e cem mil estudantes estão inscritos para fazer o Enem deste ano. De acordo com o ministério, o jornal “O Estado de S. Paulo” foi procurado por dois homens que ofereceram cópias de parte do exame em troca de R\$ 500 mil. A direção do jornal enviou o material ao MEC, que analisou e comprovou o vazamento. Segundo reportagem de “O Estado de S. Paulo”, o presidente do Inep afirmou que há 99% de chances de o Enem ter vazado. [grifo nosso]

A partir daí, os desdobramentos sobre o furo anunciado pelo Estadão, de fato, permaneceram na agenda dos meios por várias semanas. Os expostos acima sugerem, então, inferir sobre a natureza do furo de reportagem. Conforme considerado por esta pesquisa, ‘notícia exclusiva’ trata-se da principal notícia veiculada por um meio de comunicação referente a um fato extraordinário, não noticiado pelos demais veículos, ou a notícia com uma abordagem diferenciada sobre assuntos presentes na agenda dos meios. O furo de reportagem – a notícia de um fato inesperado dada em primeira mão – é, portanto, uma notícia exclusiva. Mas nem toda notícia exclusiva é considerada um furo de reportagem.

O diferencial presente no furo de reportagem implica em três propriedades:

- 1) *grau ou potencial de repercussão da notícia;*
- 2) *afetação à sociedade;*
- 3) *e reconhecimento pelos demais meios,* isto é, os próprios pares.

Dito isto, passa-se então a situar essas três propriedades que conferem à notícia um furo de reportagem. A primeira delas, *grau ou potencial de repercussão da notícia*, trata da propriedade inerente à notícia que a faz ser pulverizada pelos demais meios, isto é, a própria informação nova, inesperada, dada em primeira mão com uma certa dosagem de surpresa por um determinado veículo. O *grau de repercussão* implica no potencial da notícia de se espalhar com rapidez entre os demais meios, que a fazem chegar a um maior número de pessoas em menor tempo possível. No caso da segunda propriedade, *afetação à sociedade*, trata-se da abrangência social da notícia, a sua amplitude de forma a afetar as pessoas diretamente, levando-

as a mudanças ou tomada de decisões imediatas. A terceira, *reconhecimento dos próprios pares*, se refere à propriedade da notícia que a faz ser reconhecida por profissionais e instituições da área (jornalistas e empresas de comunicação) conferindo-lhe exclusividade e autoria ao veículo que a reportou. Isto é, requer o reconhecimento dos demais veículos a atribuição da origem e exclusividade a determinado meio. As três propriedades conferem à notícia a atribuição de furo de reportagem. Uma depende das outras, de forma imbricada, coladas entre si.

Retomando o ‘caso Enem’, passa-se então à aplicação das três propriedades. A primeira delas – *o grau ou potencial de repercussão da notícia* sobre o ‘vazamento da prova do Enem’ – pode ser conferida pelo período de tempo em que ela se espalhou a partir das 2h da madrugada – 1º) a nova manchete d’*O Estado de S. Paulo* em circulação nas bancas somente na cidade de São Paulo; 2º) a postagem no site *Estadão*, às 2h44; e 3º) o despacho pela *AE* da nova manchete do jornal, às 4h10 – às primeiras horas da manhã, como notícia mais importante nos principais meios de comunicação de abrangência nacional, regional e local, num efeito ‘agendamento dos meios’.

Como principal chamada do *Bom Dia Brasil*, primeiro telejornal da maior emissora de comunicação do País (*Rede Globo*), a dupla de âncoras iniciou a edição matinal de 01/10/2009, conforme a seguinte transcrição:

Renato Machado: – Nós abrimos esta edição com uma notícia da madrugada. O Ministério da Educação cancelou o Enem, a prova do Exame Nacional do Ensino Médio que seria realizada neste fim de semana.

Renata Vasconcelos: – Vamos direto, então, à Brasília saber os detalhes com a Zileide Silva. (...)

O diálogo no telejornal compreende também a segunda propriedade do furo de reportagem – *grau de repercussão da notícia* –, sintetizada na fala do âncora Renato Machado já na abertura do noticiário: “Nós abrimos esta edição com uma notícia da madrugada”. Isto é um, um fato novo anunciado há pouco. Na sequência, várias falas reforçam a repercussão imediata, como “Vamos direto à Brasília saber os detalhes com Zileide Silva”. Ainda no diálogo, as passagens que revelam surpresa provoca pela notícia, “O Ministério da Educação cancelou o Enem, a prova do Exame Nacional do Ensino Médio que seria realizada neste fim de semana”, à pergunta de Zileide Silva “...foi um tremendo susto para o Ministério da Educação, não?”, assim como a confirmação do ministro, “De fato é a primeira vez que ocorre no Enem”.

O diálogo contém também os indícios da propriedade *afetação à sociedade*, como as passagens “E o número de inscritos no Enem bateu recorde. Mais de 4 milhões de estudantes se inscreveram. A prova seria aplicada em 1800 cidades de todo País”; e “diante da evidência não nos restam outra

opção a não ser adiar a aplicação da prova e reformulá-la, porque esta prova impressa, ela está comprometida”.

Já a terceira propriedade inerente ao furo de reportagem, *reconhecimento dos próprios pares*, também está presente no diálogo, com a referência, dita pela jornalista ao vivo e em cadeia nacional de comunicação, ao furo do *Estadão*: “Um homem procurou o jornal O Estado de S. Paulo e ofereceu cópias do exame em troca de dinheiro. Estas cópias foram, então, enviadas para o Ministério da Educação, que comprou o vazamento.” Conforme exposto anteriormente, a repercussão e desdobramentos da notícia pelos principais meios de comunicação foram feitas com a referência pública ao diário paulistano como autor do furo de reportagem.

Assim, pode-se inferir que, na lógica de aproveitamento e distribuição de conteúdos pelas agências de notícias dos três principais conglomerados de mídia brasileira, o furo de reportagem, pelo seu ‘caráter extraordinário’, ainda é assegurado com total exclusividade ao jornal carro-chefe, produtor da informação, para em seguida ser disponibilizado pelo serviço noticioso.

Referências bibliográficas

- ADGHIRNI, Zélia Leal. Rotinas produtivas do jornalismo em Brasília. In: O jornal. Da forma ao sentido. PORTO, Sergio Dayrell (org.). 2.ed. Brasília: Unb, 2002.
- BAHIA, Juarez. Jornal, história e técnica. 4ed. São Paulo: Ática, 1990.
- BOUDIEU, Pierre. The political field, the social science field, and the journalistic field. In: BENSON, Rodney, e NEVEU, Erik (edited). Bordieu an the journalistic field. UK/USA: Polity Press, 2005.
- CAFARDO, Renata. “Bastidores do vazamento do Enem”. Disponível em <http://blog.estadao.com.br/blog/renata/> Qui, 01 out 2009 10h14. Acesso em 2 out. 2009.
- CHALABY, Jean. O jornalismo como invenção anglo-americana. Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920). 2003. Disponível em www.cimj.org/docs/n3-03-Jean-Chalaby.pdf. Acesso em 4 out 2008.

COLOMBO, Furio. Conhecer o jornalismo hoje. Como se faz a informação. Presença: Lisboa, 1988.

LAGE, Nilson. A reportagem. Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 6 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2006.

MORAIS, José Carlos Cafundó de. Editor executivo d'O Estado de S. Paulo. Entrevista gravada concedida a esta autora em 17 out 2009, em São Paulo.

SCHUDSON, Michael. When? Deadlines, datelines, and history. In: MANOFF, Robert Karl and SCHUDSON, Michael. The power of news. 3. ed. Cambridge/MA, USA: Harvard University Press, 1999.

_____. Reading the news. A pantheon guide to popular culture. New York: Pantheon Books, 1987.

STEPHENS, Mitchell. História das comunicações. Dos tantãs aos satélites. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

Estudos em Jornalismo e Mídia está sob a Licença Creative Commons 2.5